

POEMA *MUHURAIDA*, A “GLÓRIA” DO EXTERMÍNIO DE UMA NAÇÃO¹

MUHURAIDA POEM, “GLORY” OF AN EXTERMINATION NATION

Carlos Antônio Magalhães Guedelha
Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia
Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Federal do Amazonas
(cguedelha@gmail.com)

RESUMO: O presente artigo apresenta uma análise do poema épico *Muhuraida*, escrito por um militar português na Amazônia colonial, que trata da pacificação e catequese da nação muhura como uma proeza militar. O objetivo básico do artigo é refletir sobre o modo como o autor do poema celebra a glória militar do extermínio de uma das nações indígenas mais resistentes à dominação europeia. As reflexões teóricas tomam por base os escritos de Monteiro (1977), Aleixo (1982), Rocha (1987) e Souza (2003; 2009). Em conjunto, esses autores apontam *Muhuraida* como um hino de louvor ao colonialismo e de exaltação ao genocídio. A análise comprova que *Muhuraida* inscreve-se na longa tradição de textos coloniais e colonialistas, que sempre trazem em suas linhas e entrelinhas a antítese perversa entre o colonizador (positivado) e o colonizado (negativado). Municiados com a requintada arma da religião, os portugueses conduziram a nação muhura, como o poema mostra claramente, à conversão e à extinção subsequente.

Palavras-chave: Muhuraida; Poema; Amazônia; Extermínio

ABSTRACT: This paper presents an analysis of *Muhuraida* epic poem, written by a Portuguese military in the amazon colonial that deals with the pacification and catechesis of *Muhura* nation as a military feat. The basic objective of this work is reflecting about the author's way of celebrating the military glory, concerned on the extermination of one of the most resistant indigenous nations to European domination. The theoretical reflections are based on Montero's (1977), Aleixo's (1982), Rocha's (1987) and Souza's (2003; 2009) writings. These authors point out *Muhuraida* as a hymn in praise to colonialism and genocide exaltation. The analysis shows that *Muhuraida* is part of a long tradition of colonial and colonialist texts, which always show in their lines and interlines the wicked antithesis between the colonizer (positive) and the colonized (negative). Armed with the sophisticated weapon of religion, the Portuguese colonizers led the *Muhura* nation, as the poem makes clearly, to conversion and subsequently to extinction.

Key-words: Muhuraida; Poem; Amazon; Extermination

Introdução

No período colonial, na Amazônia, era comum militares ocuparem o tempo ocioso nos quartéis escrevendo poemas. Este foi o caso do autor do primeiro texto poético do Amazonas, escrito em 1785. O militar português Henrique João

¹ Este trabalho foi desenvolvido com o apoio do Governo do Estado do Amazonas por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, com a concessão de bolsa de estudo.

Wilkens escreveu o poema épico “*Muhuraida* ou o triunfo da fé na bem fundada esperança da inteira conversão e reconciliação da grande e feroz nação do gentio muhura”. Nascia assim na colônia, sob a égide do ócio militar, a história da poesia no Amazonas.

Sobre Wilkens falam Lins (1976), Monteiro (1977), Souza (2003, 2009), Tufic (1983) e Rocha (1987), mas não existem muitas informações sobre a sua biografia. Consta que atuou na Amazônia como tenente, na segunda metade do século XVIII, comandante militar do quartel de Ega, e participou da Comissão de limites entre os domínios de Portugal e Espanha. Passou por Mariuá (atual município de Barcelos) e Ega (atual município de Tefé). O poema teria sido escrito numa dessas duas cidades do Amazonas. Sendo engenheiro especializado em cartografia, atuou nessa área na cidade de Tabatinga. E é tudo que se sabe.

Quanto ao seu poema épico,

Além de ser a primeira tentativa poética na região, representa um documento histórico inestimável. Publicado em Lisboa, pela Imprensa Régia, no ano de 1819, quase trinta anos depois de sua confecção. É trabalho de um home que se envolveu diretamente no contato com os Mura, habitantes do rio Japurá (SOUZA, 2009, p. 175).

À semelhança de *Os Lusíadas*, de Camões, o poema de Wilkens foi escrito em oitava-rima, o que significa dizer que todas as estrofes são compostas de oito versos – daí se dizer que o mesmo se apresenta em oitava-rima camoniana – distribuídos no esquema rímico ABABABCC (rimas alternadas nos seis primeiros versos e paralelas nos dois últimos). O poema divide-se em seis cantos, os quais totalizam 134 estrofes e 1072 versos. Segundo Rocha (1987), que elaborou um estudo sistemático do poema em sua dissertação de Mestrado, trata-se de um dos últimos, senão o último, poema épico que se inscreve no rol dos epígonos de Camões. Rocha (1987) ainda chama a atenção para o fato de que o mesmo é camoniano apenas no aspecto formal, uma vez que o conteúdo, ao invés de tratar de assunto bélico, ocupa-se do tema religioso, expresso já no subtítulo: “o triunfo da fé na bem fundada esperança da inteira conversão e reconciliação da grande e feroz nação do gentio muhura”.

O objetivo do presente artigo é refletir sobre o modo como Wilkens ocupou a forma do poema épico para celebrar um ofício religioso altamente etnocida e genocida, celebrando a glória militar da destruição da nação muhura.

A ferocidade dos muhura

O Canto I de *Muhuraida*, após a descrição da paisagem amazônica, pinta um quadro geral dos indígenas da região, carregando nas tintas mais sombrias, focalizando-os como bárbaros e sanguinários. Em seguida, ocupa-se da descrição dos índios muhura, que na verdade são o objeto da narrativa, caracterizados como seres movidos pelo desejo de sangue e de comportamento pautado pela crueldade extremada. São bárbaros, ferozes, traiçoeiros e, além do mais, acomodados, preguiçosos, já que desprezam qualquer “projeto de ambição”. Sugere que os mesmos não têm religião, vivendo num total desconhecimento de Deus, abusando da liberdade que o próprio Deus lhes dá e provocando guerras pelos motivos mais banais, ferindo injustamente os indefesos europeus.

O poeta contrapõe a crueldade sanguinária do indígena à “inocência” do colonizador, metonimizado como “peito inerme”, desarmado, vítima indefesa do bárbaro. Os muhura são encarados como ladrões e vagabundos. Contentam-se em viver “jucundos”, ou seja, felizes, em velhas choças mal construídas. E ali vivem como se estivessem no mais luxuoso palácio. O poeta interpreta esse desapego do indígena a qualquer tipo de luxo como preguiça de trabalhar. E contrapondo-se ao índio, novamente o colonizador é apresentado como vítima, pois é “incauto”, preocupando-se com todos os perigos que a selva apresenta, mas se esquecendo do maior perigo de todos, que é a iminência de cair numa armadilha do traiçoeiro muhura. A estrofe a seguir comprova o que dizemos:

Qual lobo astuto, que o rebanho vendo,
 Passar, de ovelhas, do pastor seguido,
 A desgarrada logo acometendo
 Faz certa presa, sem ser pressentido,
 A ensangüentada fauce então lambendo,
 À negra gruta já restituído
 Cruel, insaciável, se prepara,
 Medita nova empresa, e se repara. (Muhuraida I, XII)

Há na estrofe um evidente diálogo com a literatura bíblica, especificamente a parábola da ovelha perdida, narrada por Jesus Cristo aos seus discípulos (MATEUS 18: 10-14; LUCAS 15: 3 -7). Na história bíblica, as ovelhas passam, seguidas pelo pastor, e uma delas se descuida e acaba se desgarrando do rebanho, deixando triste o pastor, quando este dá pela falta da ovelha querida. Na intertextualidade operada por Wilkens, os colonizadores são as inocentes ovelhas. Só que nesta estrofe aparece um elemento que não consta na narrativa bíblica: o lobo. Na história contada por Jesus Cristo, o pastor volta procurando a ovelha perdida e a encontra no abismo, resgatando-a. Não há, pelo menos explicitamente, um lobo a devorar a ovelha. No poema, porém, há o lobo e, mais do que isso, esse “lobo astuto” (o muhura) consegue devorar a ovelha descuidada e se compraz em seu canibalismo. E ainda com o sangue da vítima na boca, já se prepara para devorar mais uma.

Daqui de agudas flechas um chuvaire,
 Por entre espessos ramos, despedido,
 Traspassa o navegante, e o remeiro,
 Ou do temor da morte possuído,
 O faz precipitar na onda, primeiro
 Preferindo deixar tudo perdido,
 Que expor a amada vida, a morte certa,
 Em ara impura, involuntária oferta (MUHURADA I, XIV)

Como se percebe, o narrador continua desenvolvendo a antítese entre a ferocidade dos muhura e a inocência dos portugueses que, sendo acometidos por um “chuveiro” de flechas vindo da mata, jogam-se nas águas, preferindo perder todos os seus pertences a morrer nas mãos do ímpio sanguinário. No final da história, novamente o poema dialoga com a literatura bíblica, numa referência ao ritual das ofertas voluntárias do povo judeu. Aqui os portugueses são transformados em sacrifício, mas involuntário, e num altar impuro.

Qual ave de rapina, insaciável,
 Ligeira desce, e despedaça a presa
 Ou de corvos o bando inumerável,
 Acode a saciar-se na indefesa
 Assim deste gentio a formidável
 Corte repartida, com destreza
 Em barcos, tão ligeiros, como informes
 Mais temíveis se fazem; mais enormes. (Muhuraida I, XVI)

Não mitiga o cruel, o feroz peito,
 A tenra idade do mimoso infante,
 Nem a piedade move, nem respeito
 Do decrépito velho, o incessante
 Rogo, e clamor, só fica satisfeito,
 Vendo o cadáver frio; ou palpitante
 O coração; o mar, e a terra tinta
 De sangue, que não deixa a raiva extinta. (Muhuraida I, XVII)

Sem distinção de sexo, ou qualidade
 Ou tudo mata, ou leva maniatado
 Em duro cativo, onde a maldade,
 O trabalho combina, destinado
 Aos diferentes sexos, e à idade
 Dos prisioneiros; sendo castigado
 O negligente com tal aspereza
 Que prova é convincente da fereza. (Muhuraida I, XVIII)

Rapinagem. Esta era a invariável ocupação dos muhura, conforme o texto sugere nestas estrofes. Semelhantemente aos abutres, eles dividiam-se em pequenas embarcações para melhor atacar os inimigos. Ninguém escapava: nem crianças, nem jovens, nem velhos, nem mulheres, ninguém. Prendiam, manietavam, torturavam, matavam. E sua sede de sangue era tão irreprimível que nem ver a terra banhada de sangue era suficiente para aplacar a sua ira.

De insípido manjar alimentado
 A robustez na vida vagabunda,
 Perigos e trabalhos desprezando,
 Só de fereza na mísera abunda
 Todo o rigor dos tempos tolerando,
 O maior bem na independência funda
 Sem lei, sem pouso, e sem autoridade,
 Só os acidentes tem da humanidade (MUHURADA I, XIX)

Como não poderia deixar de ser, o narrador focaliza também os hábitos alimentares do indígena. E de certa forma sintetiza tudo que já dissera antes, em outras estrofes. Faz pouco caso do alimento do índio, sugere que este é preguiçoso, ressalta sua ferocidade e excessiva liberdade. Mas o último verso é a síntese das sínteses da visão do europeu sobre os nativos. Rocha (1987) lembra que esse verso – “só os acidentes tem da humanidade” – é uma alusão ao procedimento aristotélico de dividir as características dos seres em elementos essenciais e

elementos acidentais. O que é essencial na caracterização do ser humano faltava aos muhura. Assim sendo, portanto, eles não eram humanos, não podiam ser considerados gente. Possuíam apenas os acidentes da humanidade, isto é, apenas a aparência, o formato de gente, mas na verdade eram como quaisquer outros bichos da floresta. Faltava-lhes a alma, a sensibilidade.

Levando em consideração o conteúdo dessas estrofes que compõem o Canto I, chegamos à conclusão, juntamente com Souza (2003), de que ao indígena foi negado o direito à alteridade. Isso quer dizer que, na ótica do colonizador, não assistia ao índio o direito de ser o outro. O nativo era encarado como uma aberração da natureza, representante de hábitos e costumes nocivos à humanidade, empecilho declarado à empresa colonial. Por isso, sua eliminação seria justificada em nome do avanço do colonialismo.

É claro que as razões de tanta ferocidade por parte dos muhura jamais são reveladas no texto. Atribui-se essa “sede de sangue” a uma índole perversa, má, canibalesca, sanguinária do índio. Mas Rocha (1987) mostra, citando o Padre João Daniel, um jesuíta que viveu na região e conheceu de perto os muhura, que a raiz desse ódio eram os próprios europeus que haviam armado uma cilada contra uma das suas tribos. Consta também que os muhura foram vítimas de vários atos de traição por parte dos portugueses. Esses fatos prepararam o terreno para que um ódio visceral brotasse no coração do nativo.

Tentativas de pacificação dos muhura

No intervalo narrativo do canto II ao V, o poema apresenta algumas tentativas dos portugueses de pacificar os muhura. Vejamos algumas estrofes norteadoras:

Não se cansava o zelo, e a piedade,
De meios procurar mais adequados,
À conversão de tal gentildade
Mas sempre os lamentava então frustrados
Mil vezes co’o fervor da caridade
Das religiões os filhos animados,
Entre perigos mil, e a mesma morte,
Se esforçavam buscar-lhes melhor sorte (MUHURIDA II, IV)

Mil vezes reduzi-los se intentava
 Com dádivas, promessas e carícias;
 Do empenho nada enfim mais resultava,
 Que esperanças de paz, todas fictícias
 Nada a fereza indômita abrandada;
 Nada impedia as bárbaras sevícias
 A confiança achava o desengano,
 De mão traidora, em golpe desumano (MUHURADA II, V)

Mais uma vez estamos diante da antítese europeu x muhura. Os indígenas são mostrados como pagãos, vivendo na “gentilidade”; já os europeus são os filhos das religiões. Esses filhos das religiões, movidos pelo zelo, pela piedade e pelo fervor missionário, procuravam todos os meios possíveis para evangelizar os índios, enfrentando perigos de toda sorte para torná-los cristãos. Acontece que todas as tentativas fracassaram. Até “dádivas, promessas e carícias” foram incapazes de abrandar a ferocidade dos nativos.

Qual incauto menino, que afagando
 A fera, que em descanso está lambendo
 A presa, que matou, se vai chegando
 No descuido, que o leva se entretendo;
 De repente se alcança estar gritando,
 Já nas garras da fera, e já morrendo
 De inocente descuido; de imprudente
 Confiança, exemplar mais convincente (MUHURADA II, VI)

Assim perdida já toda esperança
 De sossego, de paz, ou de amizade,
 De conversão, comércio ou aliança
 Só lembrava evitar-se a crueldade
 Castigo carnal jamais alcança
 Emenda permanente, da impiedade;
 Fomenta a tolerância, o sofrimento,
 O desprezo, ousadia, e atrevimento (MUHURADA II, VII)

Dos monarcas a inata piedade,
 O desejo da Fé ver propagada,
 De remora servindo a lealdade
 Embaraça a vingança desejada
 Lamenta o valor a ociosidade
 Das armas, que algum dia só empregada
 Fora em louros tecer, com que adornava
 A frente, que os triunfos desprezava (MUHURADA II, VIII)

Na estrofe VI encontramos o cúmulo da idealização dos colonizadores por parte do poeta. São comparados a crianças inocentes que brincam com feras sem perceber o perigo a que estão expostas. É dessa forma que os portugueses se aproximam dos muhura, oferecendo-lhes amizade, não sabendo que correm o risco de ser devorados em pouco tempo; a estrofe VII considera que, esgotadas todas as possibilidades de pacificação, os portugueses perdem as esperanças. Essa perda de esperança em relação à conversão sinaliza na direção de que se quer justificar um possível emprego da força, do massacre, procurando fazer com as armas o que não conseguiram com a ideologia religiosa.

De fato, a estrofe VIII insinua que brotava naquela gente o desejo de vingança sobre o “gentio”. No entanto, a sede de vingança era refreada por lealdade aos monarcas, os quais, desejando ver a fé propagada, ordenavam que os massacres fossem evitados. E assim as armas ficavam ociosas, sem serem usadas.

Em relação a esta questão, Rocha (1987, p. 16) comenta que “havia, realmente, uma legislação real proibindo a escravidão e regulando o trato no convívio com os índios. Mas essa legislação era, quase sempre, desrespeitada. A grande distância e as dificuldades de comunicação facilitavam esse procedimento”. Ou seja, era uma lei feita exatamente para não ser cumprida. Estas considerações nos remetem à conclusão de que o poeta está dissimulando os maus tratos infligidos aos indígenas pelos europeus.

Na sequência do poema, Deus intervém diretamente na questão, mandando lá do céu um mensageiro para efetuar o trabalho de conversão da nação muhura à fé católica, dando assim uma “mãozinha” aos seus “evangelizadores” que haviam fracassado em todas as frentes. Esse anjo enviado do “Divino Consistório” aparece a um jovem muhura que está pensativo, como sempre maquinando estragos contra os dedicados portugueses. É o que relata a estrofe XI:

Em zelo e caridade então ardendo,
Do amor do seu Senhor todo abrasado,
O embaixador celeste removendo
As trevas vai; e todo transformado;
Na aparência igual aos que está vendo
Se chega mansamente, ao que encostado
Em arco informe, aguda flecha ponta,
Só mortes meditando; estrago apronta (MUHURADA II, XI)

Esse mensageiro que se dirige ao jovem muhura é uma anjo “murificado”, ou seja, transformado em muhura. Trata-se, portanto, de um anjo que tem a aparência dos muhura, em todos os aspectos, a fim de que os índios com ele se identifiquem e sejam por ele convencidos. Wilkens põe na boca desse anjo murificado o discurso do colonizador. Dirigindo-se ao jovem indígena, as palavras que ele usa são de persuasão, como mostram as estrofes a seguir:

Que fazes, meu irmão! (lhe diz sereno)
De inimigos se teme novo insulto?
Quando eu cuido que regato ameno,
Banhando te acharia; e dando indulto
Aos lassos membros; vejo que o terreno,
De frutas, plantas, produções inculto,
Coberto está de flechas; de instrumentos,
Que indicam todos, bélicos intentos! (MUHURADA II, XII)

Ah! Deixa estar, um pouco, já ocioso
Esse valor cruel, bárbaro, insano!
Dá-me atenção, ouvindo-me, oficioso
Em relatar-te o que parece arcano.
Conheces que aborreço o mentiroso
Ouve-me, enfim, verás o desengano
Notícias te darei, que não te assuste,
Que lágrimas de gosto, só te custe (MUHURADA II, XIII)

Nestas estrofes, o anjo repete todas as características dos muhura que o narrador já descrevera no Canto I, quais sejam: preguiçoso, belicoso, mentiroso. Promete dar a eles muitas lágrimas, mas somente de alegria, se eles seguirem as orientações que tem a dar. Atônito com aquela repentina aparição, o jovem muhura olha atentamente para ele e, vendo sua cor morena, suas feições de gente muhura, confunde-o com um parente que morrera quando andava de canoa e o golpe violento de um galho de árvore o fizera cair na água, sendo devorado por jacarés. Pensando assim, fica paralisado de emoção e medo. O “anjo”, então, procura acalmá-lo e o convence a ouvir o seu discurso.

Sou teu irmão, não temas, respondendo
Lhe diz o Paraninfo disfarçado
Igual o gesto meu, ao que estou vendo
Em ti; mas o que eu tenho é consumado.
Descansa, diz o mura, que atendendo
Te vou, com gosto, alegre, admirado

Eu o arco, a flecha, e tudo enfim deponho,
Sentado, ouvir-te atento me disponho (MUHURAIDA II, XVI)

Sentados na relva, na sombra, à margem de um riacho, ficam os dois a conversar. Ou melhor, o “anjo murificado” discursa para o jovem muhura:

Com plácido semblante, alegre rosto,
Assim falou o celeste mensageiro
Mostrando absorto estar no maior gosto
De aromas exalando suave cheiro:
Amado irmão! Não sei qual mais ditoso
De nós eu considere: tu primeiro
Escolhido já foste do destino
Para um DEUS conhecer; um Ser DIVINO (MUHURAIDA II, XVIII)

Enquanto o mensageiro discursa, o jovem ouve absorto, tentando entender as palavras que está ouvindo. Não conseguindo acompanhar o elevado raciocínio, os termos desusados que o outro empregava e as suas referências teológicas à entrada do pecado no mundo e à queda de Lúcifer, o muhura atribui essa fala a um delírio.

O mensageiro fala das maravilhas que os muhura terão se aceitarem o cristianismo; fala que chegou o tempo do reinado da fé; fala que Deus escolheu a ele, o jovem muhura, para fazer parte do rebanho do Bom Pastor; diz-lhe que esse rebanho é um povo amado de Deus, que vive na unidade da fé e da caridade, tem um só corpo, é um povo santo e justo, tem o poder de derrotar as trevas e a maldade e está destinado a desfrutar a eternidade em habitações celestiais; convida-o a ir até a aldeia onde há tapuios “como nós” que já conhecem a lei de Deus e seus preceitos, vivendo satisfeitos por segui-los; estimula-o a correr para contar aos seus parentes todas essas maravilhas, para que todos venham participar delas.

E o mensageiro conclui sua “pregação” nos seguintes termos:

Tereis nos povos vossos, numerosos,
Abundantes colheitas sazonadas
Vereis nos portos vossos vantajosos
Comércios florescer; e procuradas
Serão as armas vossas; poderosos
Enfim sereis; amados, invejadas

Serão vossas venturas; finalmente,
 Podeis felizes ser eternamente (MUHURAIDA III, VIII)

Era, enfim, a promessa de fartura e felicidade, se os muhura depusessem as armas e se convertessem. Foi o suficiente. O jovem foi convencido. Como se despertasse de um pesado sono, saiu arrebatado, caminhando pensativo, com todo o discurso do “anjo murificado” na cabeça. Dirigiu-se ao local onde seus companheiros estavam descansando e, tomado de um estranho impulso, começou discursar para eles:

Levantai-vos! Parentes meus amados!
 Despertai, de letargo tão profundo!
 Olhai, que para empresa sois chamados,
 Que nome vos dará, já em todo mundo.
 Temidos, até agora, respeitados,
 Só fomos em desertos, bosque imundo,
 Mas já o destino quer, a nossa sorte
 Que o mundo todo admira ao mura forte (MUHURAIDA III, XI)

Inegavelmente, é o discurso do colonizador na boca do jovem muhura. Palavras que não pertencem ao universo semântico indígena, como “letargo”, “empresa”, aparecem em sua fala; além disso, retira do acervo lusitano o adjetivo “imundo” para aplicar à selva em que habita (usando o termo lusitano “bosque”), nitidamente verbalizando a ideologia colonialista. Seu discurso continua:

Que crédito se alcança? Que proveito,
 De sermos vagabundos matadores?
 Se a ser cruéis instiga o feroz peito,
 Porventura seremos acredores
 Da pas, da piedade, ou do respeito,
 Dos mais do denso bosque habitadores?
 Apesar do valor, e da destreza,
 Só nos reputam monstros da fereza (MUHURAIDA III, XII)

Nota-se que é como se o jovem indígena assumisse para si e para os seus companheiros a pecha de vagabundos e de matadores. Ele já se assume assim. E mais: os dois últimos versos revelam uma preocupação do jovem indígena com a sua imagem perante o europeu. É como se dissesse: somos valorosos, temos

destreza, mas de que adianta termos isso, se os brancos só nos reputam como monstros ferozes?

Quem pode duvidar, que carecemos
De tudo, que alcançamos na rapina?
Expor-nos para a posse enfim devemos
A mil perigos, morte; intriga, ruína.
Não é loucura, se isto ter podemos
Sem susto, ou contingência repentina,
Que os meios adotemos arriscados,
Ter podendo os seguros, acertados? (MUHURADA III, XIII)

Aqui o jovem se assume como ladrão. E adverte os companheiros de que tudo que conseguem expondo a vida é uma loucura, se podem ter tudo isso com facilidade, sem maiores esforços, tornando-se amigos dos brancos.

Porventura co'a paz, sendo aliados
Dos brancos, dos tapuias moradores
Dos mesmos povos, por nós assolados,
Não seremos também merecedores
De sermos no comércio contemplados?
De achar para os efeitos compradores,
Se o tempo, que em mil crimes empregado
For na pesca, ou colheita aproveitado? (MUHURADA III, IV)

O jovem muhura raciocina pela lógica do mercantilismo, preocupando-se com comércio, vendas de produtos da pesca e da agricultura. Reitera nesta estrofe a pecha de vagabundos e preguiçosos que, ao invés de trabalharem, ocupam-se unicamente da rapina e da prática de crimes.

Todos ouvem atentos a proposta que ele apresenta. A princípio acham estranha, mas aos poucos começam a achar interessante. Mas entre os anciãos um velho intervém, com voz irada:

Oh, dos teus poucos anos louco efeito!
Da confiança vil, temeridade!
Que atenção nos merece, ou que conceito,
Conselho que envilece a tua idade?
Queres, que ao ferro, generoso peito
Entregue o pai? Ou perca a liberdade,
A doce liberdade, o valoroso
Mura, em grilhão pesado, e vergonhoso? (MUHURADA III, XVI)

A imagem do velho que aparece neste ponto do poema mantém intertextualidade com o Velho do Restelo de *Os Lusíadas*, de Camões. Assim como na epopeia lusitana, o ancião aqui representa a voz da experiência, da sabedoria, em oposição ao ímpeto e à ingenuidade da juventude. Ele define a atitude do jovem como loucura e profetiza que, caso seja feita a aliança com o branco, o que os espera é a escravidão. E segue sua admoestação:

Já na lembra o agravo, a falsidade,
 Que contra nós os brancos maquinaram?
 Os autores não foram da crueldade?
 Eles, que aos infelizes a enviaram?
 Debaixo de pretextos de amizade,
 Alguns matando, outros maneatarem;
 Levando-os para um triste cativoiro,
 Sorte a mais infeliz, mal verdadeiro (MUHURADA III, XVII)

Rocha (1987) vê aqui uma clara alusão a um fato que explica a razão do ódio mortal que os muhura devotavam aos europeus: um missionário fez um acordo com os muhura, prometendo levá-los para morar em um aldeamento da missão, depois que fossem providenciadas as condições de alimentação para os mesmos. Um colono, sabendo do acordo, “antecipou-se ao sacerdote e, com enganos, levou homens e mulheres da tribo para o povoado, dizendo agir em nome do missionário. Desviando-se do caminho da Fortaleza, foi vender os índios nas fazendas dos arredores como se fossem seus escravos” (ROCHA, 1987, p.32).

A traição, citada pelo Padre jesuíta João Daniel no *Tesouro descoberto no rio Amazonas*, levou os muhura a mover uma guerra contínua aos portugueses. Essa traição estava viva na memória do ancião, que a relembra em seu discurso:

Grilhões, ferros, algemas, gargalheira,
 Açoites, fome, desamparo e morte,
 Da ingratidão foi sempre a derradeira
 Retribuição, que teve a nossa sorte
 Desse madeira a exploração primeira,
 Impediu porventura o mura forte?
 Suas canoas vimos navegando,
 Diz; fomos, porventura, os maltratando? (MUHURADA III, XVIII)

O ancião continua arrazoando, mostrando o caráter dissimulado dos brancos.

Para os alimentar, matalotagem
 Buscava nosso amor, nosso cuidado,
 A tartaruga, o peixe na viagem
 Lhes dávamos, e tudo acompanhado
 De frutas, e tributos de homenagem,
 Em voluntária oferta, que frustrado
 O receio deixasse, a confiança
 Aumentando, firmasse a Aliança (MUHURADA III, XIX)

Que mais podia o irmão? O amigo?
 Que provas queres mais de falsidade?
 São estes entre os quais buscas abrigo?
 É nesta em que te fias amizade?
 Ah mura incauto! Teme o inimigo
 Que tem de falso toda a qualidade.
 O que a força não pode; faz destreza,
 Valor equivocado co'a vileza (MUHURADA III, XX)

Nestas estrofes o velho termina o seu protesto e a sua admoestação ao jovem. Seu discurso contradiz o discurso feito pelo narrador desde o início do poema. O narrador dissera que os muhura são falsos e traiçoeiros; diz agora o ancião que falsos e traiçoeiros são os brancos, cuja falsidade a tribo já teve o desprazer de experimentar na própria carne. Estas últimas estrofes soam como um *mea culpa* do poeta, que não pode negar, já que foi testemunha ocular, que as provas de amizade do colonizador eram engodos para a escravização do índio. Mas o narrador justifica o fato, assegurando aquilo era obra de Deus:

Assim falando, o velho se levanta,
 O lento passo ao bosque encaminhando
 Mas o orador de nada já se espanta,
 Pois tal oposição 'stava esperando;
 E como nele obrava força santa
 De um DEUS, que o mesmo esforço ia aumentando;
 Nos bárbaros infunde um tal conceito,
 Que preferência alcança, co'o respeito (MUHURADA III, XXI)

Apesar da eloquente exortação do velho sábio, a tribo acabou aceitando a novidade proposta pelo jovem. E assim a oposição foi vencida, sendo os índios

levados para o aldeamento de Santo Antônio do Imaripi, no rio Japurá, o local onde os muhura foram pacificados em 1775. Todos vão contentes, festejando pelo caminho. Ao desembarcarem em Imaripi, são saudados pelos moradores com festas, “afagos, abraços, mostras de alegria”. Tendo à frente Matias Fernandes, o diretor de índios responsável pela pacificação da tribo, a comitiva entrou no povoado. As estrofes a seguir permitem um vislumbre dessa cena:

A todos precedendo, vai primeiro
 Matias, já dos muras conhecido;
 A quem por diretor e por guerreiro
 Seguindo respeitavam destemido.
 Alvorçado estava o povo inteiro
 De ali o parente; aqui o filho perdido,
 Ao pai, a irmãos, a amigos encontrando,
 Com lágrimas o peito ia banhando (MUHURADA IV, VIII)

Socega o alvoroço; mutuamente
 Nas praias, ruas, casas, se festejam;
 Cada um ao mura faz lá seu presente;
 Este, correspondendo aos que cortejam,
 Reparte a caça, o peixe mui contente;
 Mas vendo que saber os mais desejam,
 Se como amigos hão de ser tratados
 Lhes diz Fernandes, por quem são chamados (MUHURADA IV, IX)

Quando os muhura chegam ao povoado, Matias Fernandes, o diretor de índios, dirige-se a eles mediante o seu discurso de recepção:

Ó muras valorosos! Eu conheço
 Esta obra ser da mão do Onipotente;
 Que a Ele só se deve , enfim confesso;
 Louvor lhe seja dado eternamente!
 Resta que conheçais a que professo
 Lei santa, imaculada; que esta gente,
 Vossa nação inteira reconheça
 A Deus, à Soberana, e lhe obedeça (MUHURADA IV, X)

Matias Fernandes convoca os índios a adotarem as doutrinas católicas.

Eu sei que agravos tendes na lembrança,
 Feitos por quem só enganos meditava;
 Nos homens, como em tempos, há mudança;
 A ofensa, o sangue derramado lava.

Desafrentado o mura agora alcança
 A paz, que ele, que o rei, que eu desejava.
 Sereis nossos irmãos; filhos da igreja;
 Concidadãos, amigos, do orbe inveja (MUHURAIDA IV, XI)

Novamente, o *mea culpa*, agora na voz do diretor de índios. Tenta justificar as falsidades e maldades do passado, relativizando os agravos que perturbam a memória dos muhura.

Eia! Pois, filhos meus (que assim vos chame
 Não estranheis, pois vosso bem só quero)
 Que Ele vos fortaleça sempre espero;
 Que a Sua Graça sobre vós derrame.
 Aterre-se esse monstro hediondo, e fero,
 Que em densas trevas, em vil cativoiro,
 Vos aparta de Deus, bem verdadeiro (MUHURAIDA IV, XIV)

Convoca os índios para que deixem sepultar o monstro hediondo que é o paganismo, as trevas do pecado, que mantêm as pessoas afastadas de Deus.

De Imaripi, eles são conduzidos a Ega, atual cidade de Tefé, como mostram as duas estrofes a seguir:

Já de Ega chega ao porto, diferente
 Do que algum usava cauteloso;
 No estrago então cuidando ocultamente,
 Agora a paz a procurar gostoso;
 Acompanhado enfim por toda a gente,
 Chega ao quartel do chefe generoso;
 Este os recebe em braços, que enlaçando
 Demonstrações de gosto lhes vai dando (MUHURAIDA IV, XX)

Como num passe de mágica, os outrora animais ferozes (muhura) ressurgem agora como baluartes da paz.

Assim de um filho ausência lamentando
 Pai amoroso, a vê-lo quando chega,
 Nos braços recebendo, palpitando
 O peito! A voz entrecortada nega
 Palavra articular; e se arrasando
 De lágrimas os olhos, só lhe nega
 A amada face, em que retrate o gosto;
 De idêntico motivo, efeito oposto (MUHURAIDA IV, XXI)

Narra-se nesta estrofe uma cena comovente de amor paterno: os índios que haviam sido capturados anteriormente recebem os filhos, de quem sentiam saudades, agora chegando para morar no mesmo aldeamento.

No Canto V, o narrador agradece a Deus pelos sucessos alcançados na pacificação dos muhura. Diz que só Deus é capaz de mitigar a ferocidade de um selvagem e fazê-lo se aproximar à sociedade. Na Estrofe III desse Canto, apresenta os índios como animais domesticados:

Faz época o sucesso memorável,
 Nos anais do Pará, da lusa gente;
 Pois fez que assunto sempre lamentável,
 Do maior gosto seja transcendente.
 Admiração não causa ver domável
 O tigre ser; manso o leão; serpente
 Domesticar-se; quando o feroz mura,
 Deseja a paz; sossego só procura (MUHURAIDA V, III)

Nas demais estrofes do canto V, os muhura já aparecem “vagando livremente” pelas ruas de Tefé. E o povo, ao vê-los, fica admirado e contente; dançam nas festas e recebem tantos presentes do chefe e da população em geral que não sabem como fazer para carregá-los.

O poeta usa algumas estrofes para praticar o aulicismo tão caro ao período colonial, carregando nas tintas da bajulação. Chega a comparar à figura de João Batista, personagem bíblico, um figurão da época, João Pereira Caldas, governador da Capitania de São José do Rio Negro, a quem o poema foi dedicado.

Após mostrar os índios devidamente amansados e circulando pelas vielas dos povoados, é a hora de fazer apologia aos brancos, idealizando-os de uma vez por todas:

Não são os brancos, não que de aleivoso,
 Punhal, armada a mão, no rosto afável,
 De intento vil, encobrem astucioso
 Rancor formal, ou golpe lamentável
 É deles o caráter generoso,
 Sincero, verdadeiro, respeitável.
 Cesse pois o temor, que há tantos anos,
 Nos tem causado irreparáveis danos (MUHURAIDA V, XX)

Remanescentes muhura na pia batismal

O canto VI inicia-se com os vinte primeiros índios batizados, que o narrador chama de “as primícias” (primeiros frutos da colheita) oferecidas a Deus. Na sequência, mesclando aleatoriamente cristianismo e mitologia pagã, Wilkens vai fazendo circunlóquios em torno do fato de esses índios terem se batizado e tantos outros terem sido domesticados. Não há novidades em relação ao que já fora dito nos cantos anteriores. Na Estrofe XX assim lemos:

No templo de Maria renascidos,
Na graça batismal, os inocentes
Vinte infantes, alegres conduzidos
Pelos bárbaros pais foram contentes.
Na fé de mais progresso despedidos,
Se ausentam cumulados de presentes
Penhor levando de felicidade,
Em cada filho, de anjo a qualidade (MUHURADA VI, XX)

E, por fim, na última estrofe do poema, o narrador assim se expressa:

Sobre princípios tais: tal esperança,
Fundamenta a razão todo o discurso;
Em Deus se emprega toda a confiança;
Pende do Seu poder todo o recurso;
Os frutos já se colhem da aliança;
Apesar dos acasos no concurso.
Sempre os progressos a cantar disposto
Aqui suspendo a voz; a lira encosto (MUHURADA VI, XXII)

Atribui duas coisas a Deus: primeiramente o fato de ser Ele o fundamento de toda a empresa colonial, sendo esta a dilatação da fé, em Seu nome; em segundo lugar, o fato de Ele ser a fonte de inspiração do poeta na elaboração do poema. Dessa forma, ao “encostar a lira”, o poeta desincumbe-se da tarefa de cantar os sucessos e a heroicidade dos militares em converter a feroz nação do gentio muhura ao catolicismo, tendo Deus à frente da empreitada. Mas uma nota soturna subjaz a essa proeza gloriosa: a numerosa nação foi praticamente dizimada em nome dessa pacificação religiosa.

Leituras do poema

Aleixo (1982, p. 29), um dos estudiosos da poesia no Amazonas, entende que o poema *Muhuraida* é “fraco literariamente. Tem estilo pesado, sem musicalidade, e a linguagem é artificial, cheia de inversões que o tornam, muitas vezes, de difícil compreensão”. Afirma ainda que “é mais um poema camoniano na forma e nas intenções”. Na forma pela sua estrutura completamente calcada em *Os Lusíadas*, e nas intenções por tentar “dar caráter épico a um conflito entre índios e brancos, pelo uso mal disfarçado de algumas imagens presentes em *Os Lusíadas* e pela estrutura semelhante à que Camões deu ao seu poema, estrutura esta característica a quase todos os poemas épicos.” (ALEIXO, 1982, p. 29) Na sua leitura crítica do poema, acrescenta que o poeta se esmerou em apresentar os portugueses como gente boa e pacífica ao passo que pinta os índios como bárbaros e sanguinários.

No entender do historiador Monteiro (1976), essa é a primeira obra da literatura amazonense e sua importância histórica é inestimável por isso. Assegura que

Posto não se tratar de peça considerável, à altura não conflito índio-conquistador, e sim uma extensão trabalhada sobre o movimento catequético das reduções e descimentos, ele possui, na forma por que o conhecemos, excelentes qualidades de fixação histórica daquele conflito. Ao nível da tentativa de imitação do fazer poemático escasseiam-lhe contudo a monumentalização verbal e rítmica assumidas em obras do tipo epopeia, os episódios frontais como os lances de heroísmo, o patético e o palco (MONTEIRO, 1976, p. 23).

Já Souza (2003) tece severas críticas ao poema e seu autor. Para ele, o poema é um “hino de louvor ao colonialismo” e o seu autor, Wilkens, é o “poeta do genocídio”, porque canta como proeza heroica as glórias dos portugueses em varrerem do mapa toda uma nação, transformando-a em cinzas. Souza traça um paralelo entre *Muhuraida* com *Os Lusíadas*, no sentido de que assim como o texto de Camões é um canto em homenagem à empresa mercantilista portuguesa, o texto de Wilkens é uma exaltação do colonialismo português na Amazônia. Souza (2009, p. 176) considera que o poema “trata da derrota dos mura, ferozes guerreiros que

jamais aceitariam a dominação branca de suas terras e resistiriam até o século XX”. Proclama que a valorosa nação muhura “desempenhou uma campanha de resistência tão acirrada, atacando as frentes de penetração, os povoados, os viajantes solitários, que somente o extermínio completo os obrigaria a aceitar a subjugação do vale” (SOUZA, 2009, p. 176).

Para Souza (2009, p. 175), o poema é uma “obra medíocre, fruto talvez de um coração arrebatado pelos ócios da caserna, e da fidelidade muito típica do militar com pendores artísticos, o certo é que a obra carrega essa corrupção estilística”, que se materializa em penúria estética.

Rocha (1987) informa que o poema foi escrito em 1785 e sua dedicatória foi feita quatro anos depois, em 1789. Dedicado a João Pereira Caldas, Governador da Capitania do Grão Pará e Maranhão, depois também governador da Capitania de São José do Rio Negro. O oferecimento foi feito quando a referida autoridade se encontrava em Barcelos. O poema teve sua linguagem atualizada pelo Padre Cipriano Pereira Alho, que o imprimiu em 1819, na Imprensa Régia, em Lisboa.

Considerações finais

O poema *Muhuraida* inscreve-se, como procuramos mostrar, na longa tradição de textos coloniais e colonialistas, que sempre trazem em suas linhas e entrelinhas a antítese perversa entre o colonizador (positivado) e o colonizado (negativado). Municiados com a requintada arma da religião, os portugueses conduziram a nação muhura, como o poema mostra claramente, à conversão e à extinção subsequente. É curioso notar que essa conversão miraculosa de toda uma nação se deu no poema sem a presença de jesuítas. Rocha (1987) explicita esse fato, lembrando que, àquela época, o marquês de Pombal havia declarado guerra aos jesuítas, expulsando-os da colônia. Em um poema áulico, laudatório, como é a natureza do *Muhuraida*, não poderia haver lugar para jesuitismo, que não caía nas graças do Marquês. Assim sendo, a saída encontrada por Wilkens em sua missão de cantar a empresa colonialista/católica foi escalar a própria divindade para operar o processo de catequese dos muhura: sem intervenção de jesuítas, um anjo desce

diretamente do céu, murificado, e realiza a sua obra, cabendo aos militares apenas o trabalho de batizar aquelas almas.

O que resta de tudo isso é um poema que exalta a ação militar europeia na Amazônia de então, alçando os militares ao patamar de heróis. E qual seria o seu heroísmo? Converter e, a passos largos, exterminar uma nação.

Referências

ALEIXO, M. F. K. **Introdução à poesia no Amazonas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1982 (dissertação de Mestrado).

Bíblia Sagrada, rev. e atual. 2. ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993).

LINS, J. dos S. **Seleção literária do Amazonas**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1976.

MONTEIRO, M. Y. **Fases da literatura amazonense**. Manaus: Imprensa Oficial, 1977.

ROCHA, J. P. da. **Muraida**. São Paulo: USP, 1987 (Dissertação de Mestrado)

SOUZA, M. **A Expressão amazonense**, do colonialismo ao neocolonialismo. Manaus: Valer, 2003.

_____. **História da Amazônia**. Manaus: Valer, 2009.

TUFIC, J. **Roteiro da literatura amazonense**. Manaus: Casa Editora Madrugada, 1983.

WILKENS, H. J. **Muhuraida** ou a conversão e reconciliação do gentio muhura. Poema heróico em seis cantos. Lisboa: Imprensa Régia, 1819.